

1 **Ata da 1ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Consultiva do Comitê do Baixo Paraíba do Sul e**
2 **Itabapoana (CBH-BPSI) no ano de 2023, realizada no dia 31 de agosto de 2023 (quinta-feira), às**
3 **9h, por meio de videoconferência, com a seguinte ordem do dia: 1 - Abertura; 2 - Aprovação de**
4 **ATAS anteriores; 3 - Discussão sobre Edital Processo Eleitoral 2024-2027; 4 - Minuta da Resolução**
5 **de criação do GT protocolo OGA; 5 - Assuntos Gerais; 6 - Encerramento. Item 1 – Abertura:**
6 Reunião iniciada às 9h33 pelo coordenador da CTC, Zenilson Coutinho (Asflucan), em segunda
7 chamada. **Integrantes da CTC presentes:** Zenilson Coutinho, Jhones Lima, José Carlos (Emater), José
8 Armando, Maurício Zanon, João Gomes e Vicente Tavares. **Equipe Agevap presente:** Amanda
9 Santos, Amaro Neto e Thaís Nacif. **Convidados presentes:** Jeferson Fernandes e José Grimaldi. Thaís
10 Nacif informou que fez contato com alguns membros ausentes e aqueles com quem conseguiu falar
11 informaram que não poderiam participar da reunião de hoje. Vicente Tavares chamou atenção para
12 a questão das ausências. Disse que na hora da eleição a disputa por vaga é grande e acaba
13 acontecendo posteriormente um esvaziamento nas reuniões. Falou que poderia ser pensada
14 alguma maneira de, no processo eleitoral, privilegiar de alguma forma as instituições que possuem
15 boa frequência, em detrimento das demais instituições que faltam deliberadamente. José Armando
16 falou que é importante haver compartilhamento das convocações e links de reuniões de outros
17 órgãos do sistema de gestão de recursos hídricos, pois muitos membros possuem interesse em
18 participar, mesmo que seja como convidado. Falou que as ausências prejudicam não as pessoas
19 que são representantes, mas as instituições a que representam. João Gomes falou que os diretores
20 mais ativos eventualmente não compartilham links de outras reuniões, como as mencionadas pelo
21 José Armando, mas que isso não é uma atitude planejada para exclusão, mas que isso pode passar
22 a ser feito sem problema. João falou que ontem foi realizada uma reunião informal apenas para
23 informar teor de conversas acontecidas no Encob em Natal, principalmente com membros do
24 Governo Federal, tratando de possíveis iniciativas para regularização de vazão no Rio Paraíba do Sul
25 no trecho após Santa Cecília, a que considerou como animadoras. João falou que, sobre reuniões
26 de outros órgãos, os membros recebem convocação e os interessados devem se apresentar para
27 compor esses grupos e passarem a ser formalmente convocados. Disse que essa possibilidade é
28 aberta a todos, seguindo obviamente os trâmites legais. Zenilson falou que há muitos anos vem
29 alertando a importância de participação formal em órgãos como CERHI e CEIVAP, por exemplo, para
30 fazer valer oficialmente através de voto seus posicionamentos. José Armando explicou que não
31 pretendeu se colocar como aliado das reuniões, mas só da importância de se fazer o
32 compartilhamento dos links e pautas, considerando que essas reuniões são abertas. Falou que
33 enquanto as instituições não consigam ocupar essas vagas, a participação pode ocorrer enquanto
34 convidado, mesmo que não seja possível votar, mas apenas manifestar seus posicionamentos. João
35 disse que as reuniões de conhecimento do Comitê podem ser compartilhadas, mas que muitas
36 outras não são direcionadas ao Comitê, mas diretamente ao representante da instituição, dando
37 exemplo das convocações que pessoalmente recebe enquanto representante da Uenf. Falou que
38 não pode compartilhar essas convocações que recebe enquanto representante. José Armando
39 falou que chegou a avaliar com o Amaro Neto as vacâncias de poder público municipal no Ceivap,
40 e foi checado que não existia. Zenilson pediu para Thaís Nacif fazer a leitura dos itens de pauta da
41 presente reunião. Thaís informou que estavam presentes dois representantes titulares do poder
42 público, dois titulares do segmento de usuários e dois representantes titulares do segmento da
43 Sociedade Civil. **Item 2 – Aprovação de ATAS anteriores:** Thaís Nacif apresentou na tela a minuta

44 da ata da 1ª R. E. da CTC do ano, realizada no dia 16/01/2023. João disse que não conseguiu ler a
45 minuta da ata e pediu para receber depois dessa reunião. José Armando disse lembrar que essa
46 reunião de janeiro foi bem acalorada, principalmente por conta do tema do decoro. Disse que não
47 está expresso na ata a votação que foi feita e o resultado dessa votação. Disse que nessa reunião
48 de janeiro foi solicitado registrar nesta ata que o áudio analisado como possível quebra de decoro
49 foi enviado no grupo de WhatsApp oficial do Comitê. João disse que poderia ser ajustado o
50 conteúdo da ata para ficar mais claro o ponto da votação e a expressamente o voto do José
51 Armando, que foi o único voto contrário naquela ocasião. Amaro Neto esclareceu que os grupos de
52 WhatsApp do Comitê têm como administrador a conta de telefone da secretaria executiva do
53 Comitê, e não dele próprio pessoalmente. Após os ajustes deliberados a ata foi aprovada por
54 unanimidade. **Item 3 - Discussão sobre Edital Processo Eleitoral 2024-2027:** Thaís falou que,
55 considerando os prazos do processo eleitoral, será necessário aprovar o edital do processo eleitoral
56 em plenária ainda no ano de 2023, por isso está sendo proposto o início da discussão sobre o
57 processo eleitoral, iniciando pela CTC para, posteriormente, após finalização da minuta, ser enviado
58 à plenária, cuja última reunião do ano está prevista para ser realizada no mês de novembro. Thaís
59 falou que foram colocadas algumas propostas de adequação em relação ao edital antigo, tanto na
60 questão formato dos fóruns – que foram online no último processo e que serão presenciais no
61 próximo ano. José Armando falou que o edital passado foi bem elaborado, mas que na prática
62 algumas flexibilidades foram adotadas sem o devido respaldo no edital. Para justificar, deu exemplo
63 da abertura da possibilidade de apresentação de novos documentos após o prazo de inscrição, o
64 que disse que não poderia acontecer. Thaís seguiu fazendo a leitura da minuta do Edital. José
65 Armando falou que considera abertura de brecha e possível direcionamento a previsão de um
66 subsegmento de hidroeletricidade, pois existem poucas instituições desse ramo na região. Thaís
67 explicou que esse trecho do edital é “pinçado” do regimento interno do Comitê. Falou que a
68 proposta do José Armando poderia ser inserida no edital desde que fosse feita previamente a
69 alteração no regimento, pois sem esse ajuste o edital poderia destoar do estabelecido no
70 regimento. João Gomes falou que a proposta do Armando é válida, mas não nessa ocasião, já que
71 não estamos falando de reforma de regimento. João Gomes falou que o subsegmento
72 hidroeletricidade está posto por conta da relação com o uso da água, o que não deve ocorrer com
73 outros empreendimentos de geração de energia. José Armando falou que algumas termoelétricas
74 utilizam águas de rios e de aquíferos. Falou que isso precisa ser discutido futuramente para ajuste
75 no edital. Alberto Mofati falou que entende que a questão está sanada, pois o momento é de seguir
76 o que está no regimento. Jhones falou que o exemplo das termoelétricas poderiam ser inscritas no
77 subsegmento de indústria, o que recebeu a concordância dos demais membros presentes. Foi
78 inserido uma cláusula prevendo a preferência de distribuição das vagas entre os subsegmentos
79 determinados, e a excepcionalidade de redistribuição diversa entre instituições de outros
80 subsegmento no caso de não haver número total de instituições de todos os subsegmentos. Vicente
81 Tavares e José Grimaldi falaram que a exigência de CNARH de usuários Associados seria muito
82 restritiva e inviabilizaria a participação de muitas associações e sindicatos. A proposta do João foi
83 de alterar o texto para que as instituições representantes de usuários apresentem CNARH e/ou
84 outorga apenas dos associados que possuírem. José Armando propôs que fosse mantida a exigência
85 de apresentação de outorga ou dispensa para todos os usuários. Foi aprovada pela maioria a
86 proposta colocada pelo João com voto contrário do José Armando. Ficou acordado que na próxima

87 reunião da CTC a discussão do conteúdo da minuta do Edital seja retomada a partir do ponto
88 “Disposições gerais”. **Item 4 – Minuta da Resolução de criação do GT protocolo OGA:** Thaís Nacif
89 lembrou que na última reunião da plenária foi acordado editar resolução para criação do GT OGA,
90 e que está sendo apresentada justamente a minuta de Resolução para criação deste GT. Em seguida
91 fez apresentou a minuta e fez a leitura do conteúdo da minuta de resolução. A minuta da resolução
92 de criação do GT Protocolo OGA foi aprovada por unanimidade. **Item 5 – Assuntos gerais:** Não
93 houve discussão desse item de pauta. **Item 6 – Encerramento:** A reunião foi encerrada às 16h31
94 pelo coordenador Zenilson Coutinho às 12h31. A presente ATA foi lavrada por Amaro Neto,
95 Especialista Administrativo da AGEVAP – CBH BPSI, e depois de aprovada será assinada pelo
96 Coordenador da Câmara Técnica Consultiva do Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do
97 Sul e Itabapoana.



Zenilson do Amaral Coutinho (ASFLUCAN)

Coordenador da Câmara Técnica Consultiva do CBH-BPSI